

PANORAMA DA VARIAÇÃO SOCIOLINGUÍSTICA EM LÍNGUAS SINALIZADAS

OVERVIEW OF SOCIOLINGUISTIC VARIATION IN SIGNED LANGUAGES

André Nogueira XAVIER¹

Resumo: Em geral, a argumentação em favor do estatuto de língua natural das línguas sinalizadas se concentra na demonstração de que elas se assemelham às línguas faladas do ponto de vista estrutural. Dessa forma, ignoram-se ou deixam-se em segundo plano outros aspectos que esses dois tipos de línguas compartilham entre si como, por exemplo, a variação decorrente de fatores intra e extra-linguísticos. O presente artigo apresenta um panorama dos estudos sociolinguísticos realizados sobre diferentes línguas de sinais e, com base nele e na análise dos poucos trabalhos nessa área encontrados sobre a libras, objetiva sugerir linhas de investigação futura. Para atingir esse objetivo, primeiramente, resumem-se trabalhos que tratam da variação resultante do contato tanto entre línguas de sinais e línguas orais, quanto entre diferentes línguas sinalizadas. Subsequentemente, sintetizam-se pesquisas que analisaram a variação sociolinguística em línguas de sinais, manifesta em seus diferentes níveis estruturais. O artigo ainda inclui uma breve revisão de trabalhos sobre alguns mecanismos, com variados graus de intervenção externa, que, em resposta à variação, podem levar à constituição de uma norma padrão.

Palavras-chave: Línguas de sinais. Contato linguístico. Variação sociolinguística. Padronização. Libras.

Abstract: In general, the arguments in favor of the natural language status of signed languages focus on the demonstration that they are similar to spoken languages from a structural point of view. Thus, other aspects that these two types of languages share, such as variation arising from intra and extra-linguistic factors, are ignored or left in the background. This article presents an overview of the sociolinguistic studies carried out on different signed languages and, based on it and the analysis of the few works in this area on Libras, aims to suggest venues for future research. To reach this goal, we first summarize works that deal with the variation resulting from contact between signed and oral languages, as well as between different signed languages. Subsequently, we synthesize research that analyzed the sociolinguistic variation in these languages, manifested in their different structural levels. The article also includes a brief review of works on some mechanisms, with varying degrees of external intervention, which, in response to variation, can lead to the formation of a standard variety.

Keywords: Signed languages. Linguistic contact. Sociolinguistic variation. Standardization. Libras.

¹ Professor doutor do curso de licenciatura em letras libras da Universidade Federal do Paraná. E-mail: andrexavier@ufpr.br.

Introdução

Quando citam o trabalho de Stokoe (1960) para fundamentar o estatuto de língua natural das línguas sinalizadas, autores nacionais e internacionais normalmente consideram apenas a sua demonstração de que a ASL é duplamente articulada, ou seja, apresenta unidades significativas – os sinais – decomponíveis em unidades menores – os parâmetros – que, por sua vez, são distintivos, finitos e recombináveis entre si (XAVIER; BARBOSA, 2017). Apesar disso, pode-se dizer que a argumentação de Stokoe não se restringe a aspectos estruturais. Tanto no trabalho de 1960 quanto no dicionário publicado em parceria com Casterline e Croneberg em 1965, Stokoe aponta que, assim como em todas as línguas, a ASL apresenta variação. No dicionário isso se evidencia através do registro de variantes de alguns itens lexicais e de um apêndice que traz um estudo envolvendo 134 sinais coletados em cinco estados do nordeste dos Estados Unidos. De acordo com os autores, os resultados desse estudo sugerem a existência de dialetos diferentes da ASL na Virgínia e na Carolina do Norte e de um dialeto comum em Maine, Vermont e New Hampshire (STOKOE, CASTERLINE; CRONEBERG, 1965). Dessa forma, pode-se dizer que o reconhecimento das línguas de sinais pela linguística, desde o princípio, também se sustentou no fato de que estas variam.

Conforme explicam Schembri e Johnston (2012), a variação, tanto em línguas faladas quanto em línguas sinalizadas, é motivada por três categorias de fatores complexamente inter-relacionados: os linguísticos ou internos, os sociais ou inter-sujeito e os estilísticos ou intra-sujeito. Os fatores linguísticos incluem o ambiente fonológico e os contextos morfossintático e discursivo, que podem favorecer ou não a ocorrência de certos processos. Os fatores sociais, por sua vez, se referem, por exemplo, à idade, à região de origem, ao gênero, à etnia, à classe social, etc. Por fim, os fatores estilísticos se vinculam ao tópico, à situação e ao(s) interlocutor(es), os quais influenciam no emprego de registros mais ou menos formais. Vale frisar, no entanto, que, a variação linguística nunca é decorrente de um único fator. Conforme exemplificam Lucas e Bayley (2010), a realização do sufixo *-ing* do inglês como [in] ou [ɪŋ] é influenciada tanto pelo fator linguístico categoria gramatical da palavra (verbo ou nome), quanto pelos fatores sociais gênero e classe social do falante.

Existem, no entanto, alguns fatores motivadores da variação exclusivos às línguas de sinais. Entre eles, destaca-se a influência da língua falada majoritária, advinda não só da sua forma escrita, mas também da sua manifestação primária oral. Desse contato linguístico emergem fenômenos como pidgins, bilinguismo, sistemas artificiais de sinalização, língua de sinais de contato, alternância, mistura e sobreposição de códigos, empréstimos linguísticos, soletração manual (datilologia) e oralização (ADAM, 2012). Somando-se a isso, têm-se os padrões atípicos de aquisição da linguagem, decorrentes do fato de a maioria das crianças surdas nascer em famílias ouvintes não-sinalizantes e, por isso, adquirir uma língua de sinais como primeira língua tardiamente em relação à aquisição de língua materna de seus pares ouvintes. Estudos evidenciam que esses sinalizantes apresentam diferenças em habilidades gramaticais quando comparados a sinalizantes expostos à língua de sinais desde a mais tenra idade (BOUDREAULT; MAYBERRY, 2006). Embora a variação seja um fenômeno natural nas línguas, a constituição de uma variedade padrão pode ocorrer por meio de mecanismos mais ou menos naturais, por exemplo, a ampliação da interação entre falantes/sinalizantes de dialetos diferentes ou a difusão de uma variedade através dos meios de comunicação (WOLL, 1994). Essa padronização pode ainda ocorrer por meio da publicação de dicionários e/ou gramáticas, bem como por influência educacional (SCHERMER, 2012).

Neste artigo, a partir de Adams (2012), Schembri e Johnston (2012) e Schermer (2012), sumário trabalhos sobre a variação sociolinguística em línguas sinalizadas, objetivando, com base neles e nos poucos trabalhos existentes sobre a variação sociolinguística na libras, sugerir linhas de investigação a respeito dessa língua. Para atingir esse propósito, organizei o texto da seguinte forma. Na seção

seguinte, trato de fenômenos que emergem tanto do contato entre línguas de sinais e línguas orais, quanto entre línguas sinalizadas. Na seção ‘Variação sociolinguística em diferentes níveis estruturais’, discuto e ilustro casos de variação atestados em algumas línguas de sinais desde o nível fonológico até o discursivo. Na seção ‘Padronização’, trato de processos, com variados graus de intervenção externa, que podem levar à constituição de uma forma padrão nas línguas sinalizadas. Na última seção, além de sugestões de possíveis campos de pesquisa, apresento uma síntese dos poucos trabalhos sociolinguísticos sobre a libras encontrados.

O contato linguístico e seus efeitos na sinalização

De acordo com Adams (2012), observa-se nas comunidades surdas do mundo contato tanto entre uma língua de sinais e uma língua oral, quanto entre línguas de sinais diferentes. A maioria dos estudos se concentra no primeiro tipo de contato, explorando a situação de bilinguismo bimodal experienciado pelas pessoas surdas e os efeitos que ele tem nas línguas sinalizadas. Esses efeitos são de tipos variados, abrangendo, além do bilinguismo, o uso de pidgins, códigos manuais, língua de sinais de contato, empréstimos linguísticos, alternância, mistura e sobreposição de códigos, soletração manual e oralização. Além desses, têm-se também o declínio e a mudança linguísticos, bem como a morte de uma língua. Vale ressaltar que, excetuando-se os efeitos decorrentes das diferentes modalidades, os resultados do contato entre línguas sinalizadas e línguas faladas são semelhantes aos atestados no contato que envolve apenas estas últimas (p. 851).

Para Stokoe (1969), a influência do Inglês sobre a ASL é uma forma de *diglossia*. Na esteira desse autor, Woodward (1973) propõe um *continuum* diglótico surdo para capturar a diversidade de sinalizações resultante do contato entre essas línguas. Segundo ele, no meio desse *continuum*, em cujos extremos estão o inglês e a ASL, se encontra uma variedade que designa como *inglês sinalizado pidgin*. Essa forma de sinalização deve corresponder ao que Lucas e Valli (1992) chamam de *língua de sinais de contato* justamente por manifestar elementos tanto da língua de sinais quanto da língua oral. Tervoort (1973) chama a atenção para o fato de a definição clássica de diglossia fazer referência a dialetos diferentes de uma mesma língua que diferem em seu grau de prestígio dentro de uma comunidade linguística. Com base nisso, ele aponta que o uso de uma língua de sinais e de uma língua oral nas comunidades surdas é mais apropriadamente caracterizado como bilinguismo, uma vez que envolvem línguas e não dialetos diferentes. Na sua visão, a diglossia deve existir entre uma língua de sinais e códigos manuais, sistemas artificialmente criados com finalidades educacionais e que visam representar manualmente, a partir do léxico de uma língua sinalizada, a língua oral². Esses códigos, segundo Johnston e Schembri (2007), se diferenciam qualitativamente tanto de uma língua de sinais natural, que emerge espontaneamente em comunidades surdas, quanto da língua de sinais de contato, que emerge do contato entre sinalizantes surdos e não-sinalizantes ouvintes. Algumas dessas diferenças são elencadas no quadro 1 a seguir.

² Essa situação tampouco me parece um caso de diglossia, já que os códigos manuais não são dialetos de uma língua de sinais.

Quadro 1 – Diferenças entre língua de sinais natural, língua de sinais de contato e código manual

Nível		Língua de sinais natural	Língua de sinais de contato	Código manual
Lexical	Forma	Sinais e soletração manual com ou sem oralizações	Sinais e soletração manual com ou sem oralizações	Alguns sinais de uma língua de sinais, alguns sinais inventados, língua oral
	Significado	Próprio da língua de sinais	Da língua de sinais, da língua oral, idiossincrático	Às vezes em conflito com a língua de sinais
Morfológico		Modificações de sinais e expressões não-manuais	Modificações de sinais reduzidas, terminações da língua oral e poucas expressões não-manuais	Soletração para sufixos da língua oral e sinais artificiais para palavras gramaticais
Sintático		Ordem própria da língua de sinais, uso do espaço e das expressões não-manuais	Versão simplificada da ordem da língua oral, uso reduzido do espaço e das expressões não-manuais	Língua oral

Fonte: Traduzido e adaptado de Johnston e Schembri (2007, p. 42)

Embora, em sinalização corrente, a alternância, a mistura e mesmo a sobreposição dessas três formas de sinalização sejam observadas, os estudos, sobretudo os mais recentes, têm focado na ocorrência desses processos quando eles envolvem a língua de sinais e a língua falada. Precisamente, têm-se investigado a alternância de códigos (*code-switching*), a mistura de códigos (*code-mixing*) e a sobreposição de códigos (*code-blending*), em situações em que sinalizantes usam o vocabulário e/ou a gramática da língua oral durante a produção de enunciados em línguas de sinais (e vice-versa) de forma intersentencial, intrasentencial e simultânea, respectivamente (ADAM, 2012, p. 844). A ocorrência dos dois primeiros fenômenos implica a interrupção da sinalização ou da fala, o que, segundo Emmorey et al. (2008), raramente acontece. O mais comum, de acordo com os autores, é a sobreposição de códigos, provavelmente porque as línguas de sinais e línguas orais fazem uso de articuladores diferentes e que, por essa razão, podem ser usados ao mesmo tempo.

A condição de língua minoritária das línguas sinalizadas e o constante contato com as línguas orais majoritárias favorecem a incorporação de elementos destas por aquelas. Essa incorporação, chamada de empréstimo linguístico, tipicamente envolve itens lexicais. Com base em Adam (2012), pode-se dizer que empréstimos lexicais normalmente ocorrem quando falantes ou sinalizantes lançam mão de palavras de outra língua para fazer referência a um determinado conceito que, por ser novo ou estrangeiro, ainda não dispõe de uma forma convencionalmente estabelecida para sua expressão na sua primeira língua. Os empréstimos nas línguas sinalizadas, de acordo com McKee et al. (2007), podem se dar através de diferentes mecanismos, a saber, a soletração manual ou datilologia, a inicialização, a oralização e os calques.

Não há consenso entre os pesquisadores quanto ao estatuto da soletração manual. Embora, para alguns, ela seja considerada parte das línguas de sinais, para outros ela é um elemento externo a elas (ADAM, 2012, p. 848). Independentemente disso, Quinto-Pozos (2007) considera a soletração manual como um dos recursos que permitem às línguas sinalizadas a mistura de códigos envolvendo línguas faladas, uma vez que, por meio do alfabeto manual, se pode representar a forma gráfica de palavras destas dentro de enunciados em línguas sinalizadas³. O uso reiterado dessas soletrações pode levar à sua incorporação ao léxico de uma língua sinalizada. Battison (1978) foi o primeiro a

³ Padden e Gunsauls (2003) documentam outros usos da soletração manual. Entre eles, eles citam seu emprego ao lado de sinais que expressam significado relacionado. Com base em suas observações, isso parece ocorrer quando o sinalizante quer chamar a atenção para um sentido do sinal diferente do habitual. Massone e Johnson (1991) documentam o uso do sinal para a letra 'o' e para a letra 'a' após alguns sinais que designam parentesco na língua de sinais argentina para distinguir o masculino do feminino.

investigar esse tipo de empréstimo linguístico na ASL. Ele demonstrou como, à semelhança do que ocorre nas línguas orais, soletrações manuais de palavras do inglês, logo, formas não-nativas, são fonologicamente reestruturadas, de modo a se adequar à estrutura da ASL. Entre os processos identificados pelo autor, ele cita o apagamento de algumas letras da palavra soletrada. Além da soletração manual, as línguas de sinais também podem incorporar palavras da língua oral através da inicialização e da criação de sinais a partir de uma letra do alfabeto manual. A diferença entre esses processos reside no fato de que o primeiro consiste na substituição da configuração de mão de sinais já existentes, enquanto o segundo cria um novo sinal a partir da combinação de uma letra do alfabeto manual com outros parâmetros fonológicos da língua. Apesar disso, sinais inicializados e sinais formados por uma letra do alfabeto manual se assemelham por apresentarem como configuração de mão a mesma que representa a letra correspondente à inicial da palavra escrita da língua oral. Exemplos de inicialização podem ser observados nos sinais CLASSE, FAMÍLIA e TIME da ASL, formados a partir do sinal GRUPO. Nesses casos, substituiu-se a configuração nativa “mãos em garra” pelas configurações em ‘c’, ‘f’ e ‘t’ dessa língua, objetivando remeter à inicial das palavras *class*, *family* e *team* do inglês e, conseqüentemente, a tipos mais específicos de agrupamento. Exemplos de itens lexicais formados a partir da letra inicial de uma palavra da língua oral podem ser observados nos sinais GARAGEM, GEOGRAFIA, GERAÇÃO e GOSFORD na língua de sinais australiana, Auslan⁴, que, interessantemente, por serem homônimos, são distinguidos entre si através da oralização da palavra correspondente em inglês⁵ (JOHNSTON; SCHEMBRI, 2007).

Assim como no caso da soletração manual, tampouco há consenso em relação ao estatuto das oralizações que ocorrem, em geral sem a emissão de som, durante a sinalização. Alguns pesquisadores as consideram externas às línguas de sinais. Outros as consideram um canal adicional para essas línguas realizarem empréstimos às línguas orais e reconhecem suas funções intralinguísticas, entre as quais está o contraste lexical. Sandler (2009), por exemplo, menciona que na língua de sinais israelense, ISL⁶, a distinção irmão/irmã é dada pela oralização das palavras hebraicas correspondentes. Crasborn (2006), a respeito da língua de sinais holandesa, NGT⁷, documenta que um sinal como OBJETO-PEQUEN@ pode expressar significados específicos como ‘ervilha’, ‘pérola’ ou ‘detalhe’, de acordo com a oralização que o acompanha⁸.

Johnston e Schembri (2007) também citam as traduções literais ou calques como outra forma de empréstimo às línguas faladas nas línguas de sinais. Como exemplos disso, apontam os compostos da Auslan SUPORTE^GRUPO e ESPORTE^CARRO, que traduzem literalmente as expressões *support group* (grupo suporte) e *sport car* (carro esporte) do inglês. Embora estes e os exemplos anteriores de empréstimos possam sugerir que as línguas sinalizadas incorporem apenas elementos verbais da comunidade ouvinte majoritária, estudos mostram que empréstimos envolvendo elementos não-verbais como gestos manuais e expressões faciais também ocorrem (WILCOX; ROSSINI; ANTINORI, 2010). Como ilustração disso, Adam (2012) cita o emblema ‘polegar para cima’, lexicalizado na língua de sinais britânica, BSL⁹, como BOM e a negação por meio de

⁴ Acrônimo de *Australian Sign Language*.

⁵ Esses sinais podem ser considerados casos de hibridismo por duas razões. Primeiramente, por se constituírem através da combinação de um elemento originalmente externo à Auslan, a letra do alfabeto, com outros parâmetros fonológicos próprios da língua. Em segundo lugar, por serem acompanhados de uma oralização, oriunda da língua inglesa.

⁶ Do inglês, *Israeli Sign Language*.

⁷ Do holandês, *Nederlandse Gebarentaal*.

⁸ A meu ver, ambos os casos, principalmente o segundo, também poderiam ser analisados como resultantes de sobreposição de códigos, fato que sugere que os limites entre casos desse tipo e casos em que a oralização foi, de fato, incorporada a uma língua sinalizada não são claros.

⁹ Do inglês, *British Sign Language*.

inclinação da cabeça para trás, comumente usada pelas comunidades ouvintes do Mediterrâneo oriental, que foi incorporada à língua de sinais grega.

Além do contato com línguas faladas, observa-se também nas comunidades surdas o contato com outras línguas de sinais. Comparativamente a falantes de línguas orais diferentes, a comunicação entre sinalizantes surdos usuários de línguas de sinais distintas é reconhecidamente mais fácil. Adams (2012) atribui a facilidade de comunicação através do que chama *pidgin sinalizado* à “exploração [por parte dos sinalizantes surdos] de sua consciência da iconicidade e de seu acesso à expressão viso-espacial” (p. 852-853, tradução minha). Apesar disso, o autor chama a atenção para o fato de que esses pidgins não podem ser usados para expressar conceitos mais complexos. Essa limitação deve ter motivado o desenvolvimento dos Sinais Internacionais, SI¹⁰, empregados principalmente em eventos transnacionais promovidos por entidades surdas.

Embora Adams enfatize que os SI sejam um pidgin, ele registra que, diferentemente dos pidgins que surgem na interação entre falantes de línguas orais distintas, eles são mais complexos. Muito provavelmente essa maior complexidade deve resultar, segundo o autor, da similaridade das estruturas gramaticais das línguas de sinais, de origem europeia, a partir das quais os SI se constituíram. A origem comum das línguas de base dos SI deve explicar também sua eficácia na comunicação entre sinalizantes que usam a ASL, a língua de sinais francesa, LSF¹¹, ou a BSL, por exemplo. Não se sabe, porém, como aponta Adams, se eles são eficientes para sinalizantes asiáticos ou africanos, ou mesmo para sinalizantes que usam línguas de sinais rurais (p. 854).

Em outros casos de contato linguístico entre línguas sinalizadas, observa-se que, semelhantemente ao que acontece com algumas línguas faladas, as diferentes relações de poder dos grupos que as empregam resultam em substituição de uma língua por outra e, em alguns casos, em declínio no uso e até morte da língua substituída. Isso pode ser observado ao longo da história da educação de surdos. Em seus primórdios, conforme menciona Adam, diferentes línguas de sinais do mundo foram influenciadas pela BSL, pela língua de sinais irlandesa e pela LSF. Mais recentemente, fenômeno parecido tem ocorrido com a ASL, que tem substituído línguas de sinais nativas na África, na Ásia e em países caribenhos (p. 854). Apesar disso, segundo Adam, a maior ameaça às línguas de sinais continua provindo da comunidade ouvinte majoritária e de sua língua, quer pela via educacional, quer pela via dos avanços da medicina e da tecnologia.

A variação sociolinguística em diferentes níveis estruturais

Assim como nas línguas orais, a variação motivada por diferentes fatores sociolinguísticos é atestada em diferentes níveis estruturais das línguas sinalizadas. Precisamente, conforme se ilustrará nas subseções seguintes com base na revisão de Schembri e Johnston (2012), ela pode ocorrer na fonologia, no léxico, na morfossintaxe e no discurso.

Variação fonológica

Com base na descoberta de pares mínimos, majoritariamente na ASL, alguns parâmetros de contraste lexical foram propostos para as línguas sinalizadas. Pioneiramente, Stokoe (1960) propôs a

¹⁰ Segundo Adams (2012), o termo ‘Sinais Internacionais’ é mais apropriado do que ‘Língua de Sinais Internacional’, justamente porque não atribui estatuto de língua a essa forma de comunicação, que considera um pidgin. Segundo ele, os Sinais Internacionais sequer são comparáveis a uma língua artificialmente criada como o esperanto, uma vez que, além de não terem sido planejados, não dispõem de um léxico ou de um conjunto de regras gramaticais. Por conta disso, os sinalizantes, além dos poucos sinais convencionalizados, fazem uso de sinais de sua própria língua, ou de outra língua sinalizada, bem como de mímicas, gestos, entre os quais estão os apontamentos para referentes presentes no ambiente.

¹¹ Do francês, *Langue des Signes Française*.

configuração (disposições dos dedos), a localização (pontos de articulação) e o movimento (formas e contornos) da(s) mão(s). Subsequentemente, Battison (1974) incluiu a orientação da palma; Klima e Bellugi (1979), o arranjo de mãos (número de mãos e, no caso de sinais bimanuais, seu caráter ativo/passivo); e Brennan (1992), as expressões não-manuais. Apesar da distintividade de cada uma das especificações desses parâmetros, estudos sociolinguísticos evidenciaram que, em alguns casos, algumas delas podem variar entre si em função de diferentes fatores linguísticos, sociais e estilísticos.

Hoopes (1998) realizou um dos primeiros trabalhos sobre a variação na configuração de mão na ASL de uma perspectiva sociolinguística. O autor investigou a distensão do dedo mínimo na realização dos sinais PENSAR e IMAGINAR, canonicamente produzidos sem essa distensão, com base em dados coletados de uma sinalizante surda, nativa de ASL, de 55 anos, interagindo com interlocutores com quem tinha diferentes graus de intimidade. Os resultados do estudo indicaram maior ocorrência da distensão do polegar nas formas enfatizadas de PENSAR e IMAGINAR e nos registros mais íntimos.

Lucas, Bayley e Valli (2001) realizaram os primeiros estudos sociolinguísticos de larga escala sobre uma língua de sinais. Através de entrevistas e eliciações, os autores coletaram, em sete regiões dos Estados Unidos, dados de 207 sinalizantes surdos, nativos ou aprendizes precoces de ASL, de ambos os sexos, de três grupos etários (15 a 25, 26 a 52 e 55 ou mais) e de duas classes sociais (trabalhadora e média). Através do *software* Varbrul, os autores puderam realizar uma análise multifatorial desses dados e investigar, entre outros fenômenos, a variação na configuração de mão de alguns sinais da ASL realizados, em sua forma de citação, com o dedo indicador distendido e demais fechados. No *corpus* foram identificados tanto casos em que a variação em relação à forma canônica era relativamente pequena (indicador em gancho ou polegar distendido) quanto casos em que ela era mais marcada (demais dedos distendidos). A análise de 5.356 exemplares por meio do Varbrul revelou que, ao contrário do que autores como Liddell e Johnson (1989) vinham dizendo acerca de alguns casos de variação na configuração de mão, o ambiente fonológico não se mostrou como o principal fator. Os dados indicaram que a categoria morfológica do sinal teve maior peso na ocorrência ou não de assimilação. Precisamente, palavras gramaticais, tais como os pronomes VOCÊ e ONDE e a conjunção MAS, assimilaram mais frequentemente traços da configuração de sinais adjacentes (por exemplo, a distensão do polegar) do que palavras lexicais como IR, RAT@ e PRET@. Os autores também observaram a influência de fatores sociais como origem, idade, classe social e etnia tanto na ocorrência de assimilação, quanto na frequência de variantes.

A variação na localização também já foi investigada na ASL. Woodward, Erting e Oliver (1976) analisaram produções dos sinais COELH@ e COR, cujo ponto de articulação pode ser a face ou a mão não-dominante. Com base em dados de 45 participantes, brancos e negros, de Atlanta e de Nova Orleans, o estudo revelou influência tanto da etnia quanto da região na escolha por uma ou outra variante. Observou-se que sinalizantes negros e de Atlanta usaram mais frequentemente a variante articulada sobre a mão não-dominante do que sinalizantes caucasianos e de Nova Orleans.

Lucas, Bayley e Valli (2001), com base no *corpus* descrito anteriormente, também examinaram a variação em sinais como SABER que, em sua forma de citação, são tipicamente articulados na lateral da testa, mas que, em usos espontâneos, frequentemente sofrem redução fonológica, ou seja, são produzidos em regiões mais baixas da lateral da face ou do espaço neutro, nesse último caso, sem contato com o corpo (LIDDELL; JOHNSON, 1989). Baseados no exame de 2.594 ocorrências, assim como no caso da variação envolvendo a configuração de mão, os autores constataram que a categoria morfológica do sinal foi o fator de maior peso na frequência de variantes fonologicamente reduzidas. Enquanto palavras lexicais, nomes, predominantemente foram produzidas tal como em sua forma de citação, palavras gramaticais, ao contrário, foram majoritariamente produzidas em regiões mais baixas. Fatores sociais também apresentaram influência no processo em questão. Sinalizantes do sexo masculino, mais jovens e não-nativos de ASL empregaram mais frequentemente

as variantes fonologicamente reduzidas, quando comparados com sinalizantes do sexo feminino, mais jovens e nativos. Somando-se a isso, observou-se também que sinalizantes surdos negros, bem como os dos estados da Virgínia e de Washington, usaram mais a forma de citação do que sinalizantes brancos das outras cinco regiões.

Pesquisas sobre a variação na localização também foram realizadas na Auslan e na língua de sinais Neo-zelandesa, NZSL¹². Schembri e Johnston (2012) reportam que em ambas as línguas tanto fatores linguísticos quanto sociais influenciam na realização de certos sinais em localizações mais baixas. Em relação aos fatores linguísticos, os autores reportam, além da relevância da categoria morfológica, a interação desta com a frequência da palavra. Segundo eles, verbos de alta frequência foram predominantemente realizados em localizações mais baixas do que sinais de qualquer outra categoria. Já em relação aos fatores sociais, Schembri e Johnston registram a predominância das formas fonologicamente reduzidas em grandes centros urbanos e também entre jovens, no caso da Auslan.

Lucas, Bayley e Valli (2001), em seu estudo sobre a variação no sinal SURD@ da ASL, focaram em três de suas variantes, grosso modo, diferenciadas pelo tipo de movimento: na forma de citação, para baixo (da orelha ipsilateral para o queixo) e, nas outras duas formas, para cima (do queixo para a orelha ipsilateral) e apenas tocando o queixo. Resultados da análise multifatorial realizada com 1.618 ocorrências mostraram que a variação no sinal em questão é influenciada por fatores linguísticos, sociais e estilísticos. Em relação aos linguísticos, observou-se que os sinalizantes mais comumente empregaram a terceira variante, a fonologicamente reduzida, em sinais compostos como SURD@^MUNDO (mundo surdo) e SURD@^CULTURA (cultura surda), do que em contextos nos quais o sinal SURD@ era parte de um predicado como em EL@ SURD@ (Ele(a) é surdo(a)). Já no que diz respeito aos fatores sociais, os autores reportam que a região e a idade se mostraram como os mais relevantes, já que sinalizantes do Kansas, Missouri e Virgínia usaram mais frequentemente variantes diferentes da forma de citação, enquanto esta foi mais consistentemente empregada pelos mais velhos. Finalmente, quanto aos fatores estilísticos, os dados indicam um menor uso da forma de citação em narrativas do que em conversações.

A realização de alguns sinais com uma ou duas mãos também já foi investigada de uma perspectiva sociolinguística. Woodward e DeSantis (1977) analisaram esse processo na ASL. Segundo os autores, a etnia, a região e a idade exerceram grande influência na escolha pela variante realizada com uma ou duas mãos. Precisamente, os resultados do estudo indicaram maior frequência de variantes bimanuais dos sinais investigados nas produções de sinalizantes negros, sulistas e mais velhos. Esse fenômeno também foi investigado na BSL por Deuchar (1981) apud Schembri e Johnson (2012). Em seu estudo-piloto, a autora testou a influência do registro no apagamento da mão não-dominante. Para isso, ela coletou dados em duas situações: uma mais informal e outra mais formal. Seus resultados indicaram maior ocorrência de apagamento da mão não-dominante no contexto informal.

Variação lexical¹³

Estudos sobre línguas sinalizadas de diferentes partes do mundo têm documentado a ocorrência de profusa variação lexical. Interessantemente, isso vem sendo observado não apenas em línguas de sinais usadas em países de proporções continentais como os Estados Unidos (LUCAS; BAYLEY;

¹² Do inglês, *New Zealand Sign Language*.

¹³ Com base em Lucas, Bayley e Valli (2001), variantes lexicais se distinguem de variantes fonológicas de um mesmo sinal por diferirem entre si em todos os parâmetros fonológicos. Em alguns casos, no entanto, essa distinção não é tão óbvia (XAVIER; BARBOSA, 2017).

VALLI, 2001), mas também em países menores como a Holanda (SCHERMER, 2003). O caso da língua de sinais sul-africana, SASL¹⁴, parece ser um dos mais extremos. Segundo Reagan (2006), de 2.500 itens lexicais coletados pelo Programa de Pesquisa sobre a Língua de Sinais Sul-Africana para a elaboração de um dicionário, apenas 2% tinham uma única forma comum a todos os grupos e aproximadamente 10%, entre uma ou duas variantes. Os demais sinais apresentaram, em média, seis variantes, havendo casos em que esse número chegou a 11 (p. 330). Essa situação tem levado alguns linguistas que trabalham com a SASL a debater se, de fato, estão diante de uma só língua ou de um conjunto de línguas de sinais aparentadas, mas distintas (p. 330-331). As pesquisas sobre a variação lexical nas línguas de sinais também têm revelado que ela é condicionada por diferentes fatores sociais. Dentre eles, pode-se citar a região, o gênero, a etnia, a idade, a sexualidade e a religião dos sinalizantes. Pesquisas evidenciando a influência desses fatores na variação lexical em diferentes línguas sinalizadas serão sumarizados nas subseções seguintes.

Região

Schembri e Johnston (2012) reportam que a Auslan tem duas variedades regionais principais, a do norte e a do sul, e que a diferença mais significativa entre elas, do ponto de vista lexical, está nos sinais para números e cores. Na ASL, segundo Lucas, Bayley e Valli (2001), a variação regional também parece se concentrar em algumas categorias semânticas específicas, como alimentos e animais. Nesse estudo, os pesquisadores encontraram uma média de sete variantes para cada sinal. Eles acreditam que a razão para toda essa diversidade lexical se vincula ao fato de que, durante os séculos XIX e XX, os surdos norte-americanos estudavam em internatos que, além de independentes entre si, estavam geograficamente distantes uns dos outros. Em sua visão, isso deve ter criado condições tanto para o desenvolvimento de sinais locais, quanto para o seu confinamento a essas escolas.

Gênero

Lucas, Bayley e Valli (2001) reportam que encontraram em seus dados variantes lexicais exclusivas para homens surdos e para mulheres surdas em 26 dos 34 sinais eliciados. A variação lexical baseada no gênero é notoriamente mais marcada na língua de sinais irlandesa, como decorrência de mais de um século de uma tradição educacional na qual meninos e meninas surdos de Dublin frequentaram escolas residenciais diferentes (LEESON; SAEED, 2012). Le Master e Dywer (1991) apud Schembri e Johnston (2012), com base em um estudo no qual foram eliciados 153 itens lexicais da língua de sinais irlandesa, reportam a ocorrência de variação por gênero em 106 deles. Apesar disso, segundo os autores, 63% dos sinais eliciados apresentaram alguma relação entre si em sua forma.

Etnia

Conforme explicam Lucas, Bayley e Valli (2001), a segregação de crianças negras, entre elas as surdas, no sistema educacional de alguns estados do sul dos Estados Unidos nos séculos XIX e XX levou ao desenvolvimento de uma variedade afro-americana da ASL que, em grande medida, se distingue lexicalmente das variedades usadas por surdos caucasianos¹⁵. Em seus resultados, eles observaram que dos 34 sinais que coletaram de surdos brancos e negros de sete regiões dos Estados Unidos apenas seis não tinham variantes exclusivamente afro-americanas.

¹⁴ Do inglês, *South African Sign Language*.

¹⁵ Segundo McCaskill et al. (2011), a variedade afro-americana da ASL também se diferencia das variedades usadas pelos surdos brancos no maior uso de variantes bimanual, na menor ocorrência de variantes realizadas em regiões mais baixas, na maior frequência de repetições e no uso de um espaço de sinalização maior.

Idade

Lucas, Bayley e Valli (2001) mostraram em seu estudo que a idade é um dos fatores que influenciaram na variação lexical na ASL. De acordo com seus resultados, dos 34 sinais que coletaram de surdos de três faixas etárias diferentes, 24 apresentaram variantes exclusivas para cada uma delas. Estudos mostram que a idade também influencia na frequência de uso da soletração manual e de certas variantes de numerais.

Por meio da análise dos dados coletados por Lucas, Bayley e Valli (2001), Padden e Gunsauls (2003) observaram que sinalizantes mais velhos soletram mais frequentemente nomes comuns do que sinalizantes mais jovens. A faixa etária também se mostrou relevante no maior ou menor uso da soletração manual na Auslan. Johnston e Schembri (2007) observaram que sinalizantes surdos com idade igual ou maior que 51 anos empregaram mais o alfabeto manual do que sinalizantes mais jovens. Essa diferença etária ficou ainda mais marcada entre sinalizantes com 71 anos ou mais. Segundo esses autores, o maior uso da soletração manual por sinalizantes mais idosos tanto na Auslan quanto na ASL decorre da ênfase que lhe era dada na abordagem educacional em que foram educados¹⁶.

McKee, McKee e Major (2011), por sua vez, mostram, com base em um *corpus* formado por filmagens de conversações e entrevistas envolvendo 139 surdos sinalizantes, que a variação em numerais na NZSL é sistematicamente condicionada por fatores sociais, entre eles a idade. Com base nessa amostra, os autores encontram considerável uniformidade na produção de numerais de um a vinte nas produções de sinalizantes entre 15 e 29 anos. Com exceção dos sinais que designam os números nove, onze, doze e dezanove, que exibiram alguma variação, esses sinalizantes consistentemente favoreceram as formas introduzidas pelo *Inglês Sinalizado Australasiano*, um sistema artificial de sinalização empregado durante a fase da Comunicação Total na Austrália e na Nova Zelândia. Por não terem sido expostos a esse sistema durante sua educação, sinalizantes acima de 30 anos e, principalmente, os acima de 45 produziram numerais diferentes.

Sexualidade

Segundo Leeson (2005), reconhece-se na língua de sinais irlandesa a existência de variação relacionada à orientação sexual. Apesar de pouco estudada, a autora aponta que essa variedade, geralmente usada por alguns homens surdos gays, se diferencia, em grande medida, lexicalmente de outras. A respeito da origem dessas variantes lexicais, Leeson aponta que elas aparentemente foram tomadas de uma variedade feminina mais antiga¹⁷.

Religião

Johnston e Schembri (2007) reportam a ocorrência de variação relacionada à religião na BSL e na Auslan. Segundo eles, até os anos de 1950, a língua de sinais irlandesa foi empregada como língua de instrução em escolas para crianças surdas católicas tanto na Inglaterra quanto na Austrália. Por conta disso, sinalizantes surdos que frequentaram essas escolas variam em relação aos demais sinalizantes das referidas línguas por fazerem uso de alguns itens lexicais e do alfabeto monomanual da língua de sinais irlandesa¹⁸, sobretudo quando interagem entre si.

¹⁶ De acordo com Johnston e Schembri (2007), nos anos 1930 e talvez um pouco antes, tanto nos Estados Unidos quanto na Austrália foi adotado em algumas escolas de surdos o Método Rochester, que primava pelo uso exclusivo da soletração manual como forma de instrução.

¹⁷ Micheals (2014) em um estudo sobre a variação na sinalização de homens gays na Grã-Bretanha aponta, além da variação lexical, a variação fonológica na realização de sinais, com destaque para a configuração de mão. O autor ainda cita variação na posição do cotovelo, em geral, mais próximo do corpo.

¹⁸ O alfabeto datilológico da BSL e da Auslan é bimanual.

Variação morfossintática

Schembri e Johnston (2012) mencionam que ainda são escassos os estudos acerca da variação morfossintática nas línguas sinalizadas. Entre os poucos fenômenos investigados, está, de acordo com os autores, a variação na expressão do sujeito oracional, já observada em diferentes línguas de sinais, mas, até o momento, investigada em poucas delas. Na ASL, esse processo foi examinado por Lucas, Bayley e Valli (2001) com base em um *corpus* formado por 429 sentenças constituídas unicamente por verbos sem concordância¹⁹. Essas sentenças foram extraídas de narrativas espontâneas produzidas por 19 sinalizantes surdos. Já na NZSL e na Auslan a variação na realização do sujeito foi pesquisada por McKee et al. (2011), que se fundamentaram em uma amostra maior: 2.145 sentenças produzidas por 33 sinalizantes surdos para a NZSL e 976 sentenças realizadas por 20 sinalizantes surdos para a Auslan. Assim como no estudo sobre a ASL, as sentenças também foram coletadas de narrativas espontâneas. Interessantemente, os resultados para as três línguas foram muito próximos. Não apresentaram sujeito explícito 65% das sentenças da ASL, 50% das sentenças da NZSL e 66% das sentenças da Auslan. Os fatores linguísticos apontados como favoráveis à omissão do sujeito também foram parecidos, entre eles, a co-referência com o sujeito da sentença anterior e o uso da troca de papéis (*role shift*). No que diz respeito aos fatores sociais, Schembri e Johnston destacam algumas diferenças, no entanto. Na ASL, gênero e idade se mostraram relevantes, já que mulheres e sinalizantes mais idosos empregaram mais sujeitos explícitos em comparação com sinalizantes do sexo masculino e mais jovens. Já na NZSL, idade e etnia apresentaram influência na omissão do sujeito, dado que ela foi mais frequente para sinalizantes com idade entre 40 e 64 e não-Maori. Por fim, na Auslan, os resultados não sugeriram relevância de fatores sociais como idade e gênero.

Variação discursiva

Pesquisas sobre a variação no nível do discurso nas línguas sinalizadas são ainda mais escassas. Entre as poucas já realizadas, Schembri e Johnston (2012) citam o trabalho desenvolvido por Zimmer (1989) que teve como propósito, na verdade, investigar a variação no registro na ASL. Embora os resultados desse estudo não possam ser tomados como conclusivos, os referidos autores reconhecem seu valor em suscitar várias questões, que podem ser mais profundamente investigadas por outros pesquisadores.

Para examinar a variação no registro na ASL, Zimmer coletou dados de um mesmo sinalizante surdo, nativo da ASL, em três situações e gêneros discursivos diferentes, a saber: (1) dando uma aula de linguística; (2) fazendo uma apresentação para um pequeno grupo; e (3) conduzindo uma entrevista de televisão. Embora os três textos possam ser considerados formais, como apontam Schembri e Johnston, eles não o são em um mesmo grau. Dentre eles, a aula universitária é certamente aquela que apresenta maior grau de formalidade, uma vez que se baseia em textos escritos e, normalmente, é mais séria e impessoal. A apresentação, por sua vez, é, comparativamente, menos formal por ser menos planejada. Porém, seu grau de formalidade é maior que a entrevista, na qual o planejamento é ainda menor e há maior interação entre os interlocutores.

Zimmer identificou variações em todos os níveis de análise linguística, como sumariza o quadro 2 a seguir. Apesar disso, cabe dizer, essas variações não parecem ser motivadas apenas pelos graus distintos de formalidade decorrentes dos diferentes contextos de produção. Como esta variou

¹⁹ Trata-se de verbos cuja forma não varia em função da localização atribuída no espaço de sinalização a seus argumentos.

juntamente com o gênero discursivo (aula universitária, apresentação e entrevista), é provável que algumas das variações identificadas também sejam resultantes das coerções deste.

Quadro 2 – Variação em diferentes níveis estruturais relacionada a diferentes registros / gêneros discursivos

Níveis	Aula universitária	Apresentação	Entrevista
Fonético-fonológico	Maior espaço de sinalização		
	Maior duração dos sinais		
	Trocas de papéis: giro do torso ou uso de passos para os lados para indicá-las	Trocas de papéis: apenas movimentos da cabeça	Trocas de papéis: apenas movimentos da cabeça
	Alta frequência de troca de dominância (uso da mão não-dominante no lugar da dominante)	Troca de dominância	Troca de dominância
	Menos assimilação da configuração de mão em pronomes		
	Menos perseveração e antecipação		
Lexical e Morfológico	Coloquialismos (nos discursos diretos)	Coloquialismos	
	Maior frequência de conjunções como E e ENTÃO		
	Uso exagerado de reduplicação	Uso de expressões não-manuais	
Sintático e discursivo	Uso extensivo de pseudo-clivadas		
	Pouco uso de topicalizações	Maior frequência de topicalizações	
	Uso maior de marcadores discursivos		
	Apontamento com a mão não-dominante para uma palavra soletrada pela mão dominante		

Fonte: Construído a partir de Johnston e Schembri (2007, p. 256-257)

Padronização

Como se sabe, todas as línguas são formadas por diferentes variedades. Segundo Schermer (2012), a variedade linguística daqueles que têm mais poder e *status* na sociedade normalmente desfruta de mais prestígio e, por esse motivo, acaba se tornando a forma padrão de uma língua. A autora acrescenta que a forma padrão é, em geral, sentida como uniforme e correta por seus falantes. Crystal (1995) apud Schermer (2012) caracteriza o inglês padrão como sendo uma variedade amplamente (mas não totalmente) neutra, no que diz respeito à identidade regional. Para o autor, isso se deve ao fato de que o que define a variedade padrão não se vincula à pronúncia, mas à gramática, ao vocabulário e à ortografia.

A constituição de uma variedade padrão pode se dar de forma mais ou menos natural, ou seja, através de mecanismos com variados graus de intervenção externa. Para ilustrar uma situação relativamente mais natural, tomemos o que vem acontecendo nas últimas décadas com a BSL. Segundo pesquisa realizada por Kyle e Allsop (1982) apud Schembri e Johnston (2012), no início da década de 1980 40% dos participantes, membros da comunidade surda de Bristol, nunca tinham encontrado surdos que viviam a mais de 200 km de distância. Além disso, a mesma pesquisa revelou que quase metade dos participantes não conseguia compreender variedades da BSL usadas em regiões mais remotas do Reino Unido. Com base no estudo de Woll (1994) apud Schembri e Johnston, pode-se dizer que esse quadro se alterou na década seguinte. Segundo a autora, viagens feitas por pessoas surdas dentro do Reino Unido se tornaram mais frequentes e a transmissão de interpretação para a BSL pela televisão, algo mais comum. A isso ela atribuiu o maior acesso por

parte dos surdos a mais variantes lexicais de sua língua e, conseqüentemente, uma diminuição no número de sinalizantes reportando alguma dificuldade de comunicação com usuários de outros dialetos da BSL. Na visão de Woll, o maior contato com a variação linguística pode levar a uma espécie de nivelamento dialetal, ou seja, ao desenvolvimento de uma norma padrão.

Um exemplo de padronização por meio de intervenção externa comparativamente maior do que a descrita anteriormente pode ser observado na ASL. Com base em seu *corpus*, Lucas, Bayley e Valli (2001) observaram nessa língua um grau maior de padronização em seu vocabulário. Segundo eles, dos 34 sinais eliciados em sete regiões dos Estados Unidos, 27 incluíram, além das variantes regionais, uma variante comum entre elas. Os autores sugerem que tal fato decorre da influência exercida pela *Hartford American School for the Deaf*, que, como primeira escola de surdos de seu país, durante muito tempo treinou seus egressos como professores de surdos e os enviou para diferentes localidades nos Estados Unidos para estabelecerem novas escolas. Eles acreditam que assim esses professores disseminaram pelos Estados Unidos o léxico usado naquela escola e, conseqüentemente, contribuíram com estabelecimento de um vocabulário comum.

Outras interferências externas que podem contribuir com a padronização de uma língua são justamente o desenvolvimento de uma escrita e/ou de um dicionário e/ou de uma gramática para ela. Schermer aponta que, em geral, o reconhecimento das línguas sinalizadas é acompanhado da elaboração de um dicionário. Embora dicionários objetivem documentar as palavras de uma língua e seus significados, eles acabam contribuindo com a sua padronização, mesmo que não seja a intenção dos lexicógrafos que os elaboram. Isso se deve a, pelo menos, dois fatos. Um deles se vincula à seleção, proposital ou acidental, por parte dos lexicógrafos de uma variedade linguística dentre outras²⁰. O outro diz respeito à visão que os usuários leigos têm dos dicionários. Em geral, em seu imaginário, dicionários não são apenas uma obra para consulta vocabular, mas também uma documentação das formas linguísticas “legítimas” e “corretas”. Desse modo, esses usuários acabam interpretando a *descrição* trazida pelos dicionários, em geral, sobre uma das variedades de uma língua como uma *prescrição* acerca de como usá-la.

Como exemplo de padronização lexical através de maior interferência externa, Schermer cita o caso da NGT, no qual também esteve envolvida. Segundo a autora, apesar das duras críticas da comunidade surda e dos pesquisadores da NGT, o governo holandês impôs como pré-requisito para o reconhecimento dessa língua²¹ e implantação da educação bilíngüe (NGT/holandês) para surdos a padronização de seu léxico. Um dos argumentos para isso era econômico, já que a publicação de materiais didáticos em diferentes variedades regionais representaria um gasto maior. Diante disso, entre 1999 e 2002, o Centro de Sinais Holandeses, a Universidade de Amsterdã e escolas de surdos trabalharam conjuntamente para padronizar 5.000 sinais da NGT: 2.500 oriundos do léxico básico ensinado nos três primeiros estágios de cursos de NGT em nível nacional e 2.500, de diferentes disciplinas escolares. Schermer frisa, no entanto, que, apesar disso, no âmbito do projeto, entendia-se como sinais-padrão aqueles que seriam usados nacionalmente na educação de surdos. Nesse sentido, não se pretendia exterminar outras variantes, tampouco estigmatizá-las.

Como resultado, a referida autora reporta que no léxico padronizado da NGT 60% dos sinais eram o mesmo em toda a Holanda. 25% incluíram, como sinônimos, variantes regionais, porque os envolvidos no projeto não conseguiram chegar a um consenso quanto à qual forma escolher como padrão. Entre estes também há casos em que às variantes padronizadas foram atribuídos significados

²⁰ Schermer (2012) frisa que idealmente essa seleção deveria ser feita com base em pesquisa extensiva sobre a variação numa dada língua. Porém, de acordo com a autora, no âmbito das línguas sinalizadas, até o presente, isso só ocorreu na elaboração do dicionário da Auslan, da NGT e da língua de sinais dinamarquesa (p. 898).

²¹ Schermer registra que, mesmo depois da padronização lexical, a NGT não foi oficialmente reconhecida pelo governo. Ela atribui isso ao fato de que nem o próprio holandês desfrutava de reconhecimento oficial.

específicos. Isso ocorreu com o sinal usado na região de Amsterdã tanto para fazer referência a cavalos, quanto à ação de montar neles e com o sinal que designava apenas cavalo em Groningen. No léxico padrão, o primeiro sinal passou a significar apenas a ação de montar e o animal passou a ser designado somente pelo segundo. Por fim, 15% dos sinais foram explicitamente escolhidos dentre as variantes existentes. Conforme menciona a referida autora, a padronização de um léxico requer mais do que simplesmente a seleção de variantes. Por conta disso, em parceria com o Centro de Sinais Holandeses, várias ações foram realizadas para disseminá-lo. Entre elas, destaca-se a distribuição de DVDs contendo esses sinais, bem como a inclusão destes em materiais didáticos. Além disso, requereu-se que todos os professores aprendessem o léxico padrão e determinou-se que em interpretações transmitidas pela televisão apenas ele fosse empregado.

Vale ressaltar, com base em Deumert (2001) apud Shermer (2012), que as línguas variam em relação ao seu grau de padronização. Observa-se entre elas a existência desde (1) línguas faladas ou sinalizadas não padronizadas e sem escrita até línguas (2) parcialmente (ou não) padronizadas e usadas no ensino primário; (3) recentemente padronizadas, usadas na educação e na administração, mas ainda não consideradas adequadas para uso, por exemplo, na ciência; (4) arcaicas padronizadas, mas não mais faladas (ex.: latim e grego clássicos); e (5) modernas padronizadas e há muito tempo empregadas em todas as áreas da comunicação (ex.: inglês, francês, alemão, etc). Segundo a autora, a maioria das línguas de sinais se encontra nos estágios 1, 2 ou 3 (p. 897).

Estudos sociolinguísticos sobre a libras

As seções anteriores indicam um grau bastante adiantado das pesquisas sociolinguísticas sobre algumas línguas de sinais, principalmente se considerarmos que os estudos sobre essas línguas, em comparação com as reflexões e estudos acerca das línguas faladas, são muito recentes. Apesar disso, mesmo para uma língua como a ASL, cujos primeiros estudos variacionistas datam da década de 1970, há ainda, de acordo com Lucas e Bayley (2010), muito a ser feito. Conforme enfatizam Schembri e Johnston (2012), mesmo que os estudos sobre a ASL, a Auslan e a NZSL tenham coberto uma quantidade considerável de regiões nos países em que são usadas, eles ainda não atingiram a mesma profundidade que os estudos sociolinguísticos sobre as línguas orais normalmente atingem. Com base nisso, pode-se dizer que, para uma língua como a libras, cujos estudos sociolinguísticos propriamente ditos só começaram, de acordo com o levantamento realizado para este trabalho, na segunda metade da primeira década dos anos 2000, há ainda um longo caminho a ser percorrido.

Esse levantamento foi realizado através do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES²². Com o uso das palavras-chave “libras” + “variação” + “sociolinguística”, encontrei sete trabalhos, duas teses e cinco dissertações, que atenderam a dois critérios: investigar a variação linguística na libras e considerar sua interação com fatores sociais e/ou estilísticos²³. Embora os estudos levantados contemplem esses dois tipos de fatores, 90% deles se concentram em fatores sociais, majoritariamente relacionados à região de origem do sinalizante. Apenas um estudo investigou a variação associada ao grau de formalidade. Em relação ao nível estrutural em que se manifesta a

²² <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>

²³ As buscas no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes também levantaram a dissertação de Conserva (2013), que trata da variação fonológica na libras. Embora, à primeira vista, ela atendesse aos critérios de seleção para este trabalho, após uma análise mais acurada, tive de descartá-la. A autora coletou dados de localidades diferentes, a saber, João Pessoa e Recife, entretanto, não estabeleceu qualquer relação entre as variantes identificadas e a origem dos sinalizantes. Dessa forma, o referido trabalho não se distingue de outros trabalhos sobre variação na libras nos quais fatores sociais são desconsiderados.

variação, três trabalhos focaram exclusivamente no nível fonético-fonológico. Os outros quatro trataram, além da variação fonológica, da variação lexical.

Variação regional

Temoteo (2008), objetivando identificar variantes cearenses da libras, coletou dados de dez surdos, sete mulheres e três homens, acima de 18 anos e residentes, há mais de 10 anos, no Sítio Caiçara, localizado na cidade de Várzea Alegre. Os dados coletados se referem a sinais para 441 objetos comuns ao universo dos sujeitos. Ao cotejá-los com os sinais do dicionário de Capovilla e Raphael (2001), em sua maioria baseado na(s) variedade(s) da libras usada(s) na cidade de São Paulo, a autora encontrou 55 casos, que considerou como variantes cearenses. Entre eles, ela observou tanto variantes fonológicas, quanto lexicais.

Andrade (2013) coletou dados de 16 sujeitos surdos, oito homens e oito mulheres, com idade entre 14 e 36 anos, de João Pessoa e Campina Grande, Paraíba, objetivando investigar a variação em parâmetros fonológicos da libras possivelmente condicionada pelos fatores sociais sexo, idade e origem. De maneira geral, o autor identificou variação na configuração de mão, na localização, no movimento, na orientação da palma e no número de mãos. Adicionalmente, ele observou variação na realização do sinal como simples ou composto. Apesar disso, obteve resultado estatisticamente significativo apenas para a correlação entre fatores sociais e a variação no número de mãos e na localização. Em relação ao número de mãos, observou predominância de variantes monomanuais entre os surdos com mais de 20 anos. Já em relação à variação na localização, especificamente relacionada a realização, em regiões mais baixas, de sinais canonicamente produzidos em pontos de articulação mais altos, observou uma maior incidência da variante canônica entre surdos de João Pessoa. Andrade não identificou relevância do fator sexo na variação de nenhum parâmetro fonológico dos sinais investigados. Os resultados de Andrade relacionados à localização merecem investigações adicionais, uma vez que, inversamente aos trabalhos feitos sobre a Auslan e a NZSL, indicaram que a capital paraibana, centro urbano maior que Campina Grande, apresentou predominância das variantes canônicas, logo, mais conservadoras.

Schmitt (2013), com o objetivo de analisar as mudanças diacrônicas da libras usada em Santa Catarina, coletou narrativas de experiências pessoais de nove sujeitos surdos, de três faixas etárias: de 24 a 29 anos, de 52 a 56 anos e de 62 a 82 anos. Dentre esses sujeitos, seis são homens e três, mulheres, em sua quase totalidade, catarinenses. Após transcrição dos dados, por meio do *software* Elan, o autor identificou a recorrência em todas as narrativas de pelo menos 115 sinais, dos quais selecionou 17 para análise comparativa. Como resultado, Schmitt reporta variação fonológica, principalmente na configuração de mão, e variação lexical, relacionadas ao grupo etário dos sinalizantes. A partir disso, o autor faz inferências sobre a mudança linguística da libras usada em Santa Catarina.

Espíndola (2018) analisou a variação fonológica em duas capitais da região norte do Brasil: Porto Velho, Rondônia, e Rio Branco, Acre. Participaram de seu estudo 29 surdos: 15 de Porto Velho e 14 de Rio Branco. Desses, 15 eram mulheres e 14, homens, com idade variando entre 35 e 40 anos. Todos os sujeitos são filhos de pais ouvinte. O autor eliciou desses sujeitos 18 sinais referentes a animais, frutas e comidas típicas da região, encontrando variação característica de cada cidade em 11 sinais. Embora as variantes identificadas sejam majoritariamente fonológicas, o autor documenta alguns casos de variação lexical. A variação fonológica se manifestou na configuração de mão, no movimento e no número de mãos.

Dantas (2018), por sua vez, investigou a variação em duas cidades do estado do Rio de Janeiro: a capital e Macaé. A autora coletou dados de nove sinalizantes surdos da cidade de Macaé e, para compará-los com sinalizantes da cidade do Rio de Janeiro, analisou materiais em vídeo produzidos principalmente pelo INES e pelo curso de letras libras da UFRJ. Na dissertação, Dantas discute

somente as produções de duas participantes, com idade entre 36 e 42. Apesar de citar exemplos de variantes fonológicas e lexicais e atribuí-las a uma possível variedade macaense da libras, os problemas metodológicos, o pequeno número de sinalizantes analisados e a ocorrência das variantes citadas em outras partes do país tornam seus resultados pouco confiáveis.

Varição relacionada à sexualidade

Oliveira (2017) deu início ao estudo da variação fonética na libras relacionada à orientação sexual do sinalizante tanto do ponto de vista da produção, quanto do ponto de vista da percepção. Os dados de produção foram coletados, utilizando o *Vicon*, sistema de captura de movimentos, de cinco sinalizantes surdos, três autodeclarados gays e dois autodeclarados heterossexuais, com idade variando entre 26 e 57 anos. Todos os sujeitos, filhos de pais ouvintes, residiam, desde o nascimento, na cidade de São Paulo e aprenderam libras entre 3 e 24 anos. Já a percepção foi testada, utilizando-se vídeos do modelo tridimensional gerado pelo *Vicon* a partir da sinalização de pequenas narrativas pelos sujeitos. Participaram do teste 32 pessoas: 16 surdos e 16 ouvintes fluentes em libras e com pelo menos cinco anos de contato com a língua. Pela exiguidade de tempo, os dados cinesiológicos não foram analisados, mas, em relação ao teste de percepção, o autor reporta que os sinalizantes surdos gays foram percebidos como mais femininos que os heterossexuais. A continuidade do estudo permitirá identificar possíveis pistas articulatórias para esse julgamento.

Varição estilística

Silva (2013) investigou, de forma meticulosa, a variação fonético-fonológica indicadora de formalidade na libras. Para isso, o autor analisou editais em libras, elaborados por três instituições de ensino superior federais: UFSC, UFG e INES. Com base em estudos sobre indicadores de formalidade em outras línguas de sinais, Silva avaliou essas sinalizações, focando no uso do espaço de sinalização, na velocidade de sinalização, na variação dos parâmetros dos sinais, nas expressões faciais e nos movimentos corporais. De forma geral, seus resultados mostraram, respectivamente, uso de um espaço de sinalização menor, sinalização relativamente mais lenta, baixa frequência de omissões (ou apagamentos) da mão não-dominante e pouco uso de expressões faciais e de movimentos corporais. Conforme reconhece o próprio autor, o estudo seria mais completo se também tivesse analisado sinalizações em situações informais para que comparações pudessem ser realizadas. Cabe dizer também que, assim como no estudo de Zimmer (1989), alguns dos padrões encontrados podem ser decorrentes do gênero discursivo em que essas sinalizações foram produzidas, neste caso, edital.

Considerações finais

Os trabalhos referidos na seção anterior, sem dúvida, dão uma importante contribuição para o avanço na descrição da libras, bem como para o estabelecimento de um campo de estudos sociolinguísticos sobre essa língua. Entretanto, há ainda muito a ser pesquisado. As perguntas a seguir, elaboradas com base nos trabalhos sobre outras línguas sinalizadas sumarizados neste artigo, indicam algumas das áreas, sugeridas pelas perguntas a seguir, que poderiam ser exploradas por estudos sociolinguísticos futuros sobre a libras.

(1) Manifestam-se na libras diferentes formas de sinalizar decorrentes do contato com o português? Se sim, como elas se diferenciam qualitativamente de produções típicas da libras e entre si? Além disso, de que forma elas são interpretadas pela comunidade de sinalizantes: como variedades de prestígio, estigmatizadas, neutras?

- (2) Quais variáveis sociolinguísticas favorecem a alternância, a mistura e a sobreposição de códigos nas sinalizações de usuários surdos da libras?
- (3) Quais variáveis sociolinguísticas favorecem o uso da soletração manual, da inicialização, da oralização, de calques e de gestos compartilhados com a comunidade ouvinte na libras?
- (4) De que forma a libras tem sido influenciada por outras línguas de sinais e de que forma ela as vem influenciando?
- (5) Quais variáveis sociolinguísticas influenciam no uso de diferentes variantes fonológicas, lexicais, morfossintáticas e discursivas?
- (6) Há na libras variedades macrorregionais semelhantemente às identificadas na ASL, na Auslan e na NGT? Se sim, quais itens linguísticos as caracterizam?
- (7) Existe uma variedade padrão na libras? Se sim, quais itens linguísticos a caracterizam? Além disso, quais fatores contribuíram para seu desenvolvimento?

Vale frisar que, obviamente, essas perguntas não são exaustivas. Além disso, elas não devem ser interpretadas como temas para uma única pesquisa. Dado que cada uma envolve níveis estruturais e variáveis linguísticas, sociais e/ou estilísticas diferentes, suas respostas seguramente demandarão o trabalho de muitos pesquisadores.

Referências bibliográficas

- ADAM, R. Language contact and borrowing. In: PFAU, R.; STEINBACH, M.; WOLL, B. (Orgs.). *Sign language. An international handbook*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2012. p. 841–861.
- ANDRADE, W. T. L. *Variação fonológica da libras: um estudo sociolinguístico de comunidades surdas da Paraíba*. Tese (Doutorado em Linguística) – Departamento de Linguística, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.
- BATTISON, Robbin. Phonological Deletion in American Sign Language. *Sign Language Studies*, n. 5, p. 1–19, 1974.
- BOUDREAULT, P.; MAYBERRY, R. Grammatical Processing in American Sign Language: Age of First Language Acquisition Effects in Relation to Syntactic Structure. *Language and Cognitive Processes*, n. 21, p. 608-635, 2006.
- BRENNAN, M. The Visual World of BSL: An Introduction. In: BRIEN, D. (Org.). *Dictionary of British Sign Language/English*. London: Faber & Faber, 1992. p. 1-133.
- CAPOVILLA, F. C.. RAPHAEL, W. D. *Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue da Língua de Sinais Brasileira – Libras*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001. 2 v.
- CRYSTAL, D. *The Cambridge Encyclopedia of the English Language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- CONSERVA, K. M. F. *Descrição de aspectos variacionais fonológicos da Língua Brasileira de Sinais*. Dissertação (Mestrado em Linguística). Departamento de Linguística, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

CRASBORN, O. A. Nonmanual Structures in Sign Language. In: BROWN, K. (Org.). *Encyclopedia of Language & Linguistics*. 2. ed. Oxford: Elsevier, v. 8, 2006. p. 668-672.

DANTAS, C. R. S. *Variações linguísticas em Libras*: Um estudo das variações diatópicas das cidades de Macaé e Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Cognição e Linguagem), Centro de Ciências do Homem, Universidade Estadual do Norte Fluminense, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, 2018.

DEUCHAR, M. Variation in British Sign Language. In: WOLL, B.; KYLE, J. G.; DEUCHAR, M. (Orgs.). *Perspectives on British Sign Language and Deafness*. London: Croom Helm, 1981. p. 109-119.

DEUMERT, A. Language Planning and Policy. In: MESTHRIE, R.; SWANN, J.; DEUMERT, A.; LEAP, W. (Orgs.). *Introducing Sociolinguistics*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2001. p. 384-419.

ESPÍNDOLA, A. J. *Variação linguística na libras*: estudo de sinais de Porto Velho (RO) e Rio Branco (AC). Dissertação (Mestrado em Letras). Departamento de Letras, Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2018.

HOOPEES, R. A preliminary examination of pinky extension: Suggestions regarding its occurrence, constraints, and function. In: LUCAS, C. (Org.). *Pinky extension and eye gaze*: Language use in Deaf communities, Washington, DC: Gallaudet University Press, 1998. p. 3-17.

JOHNSTON, T.; SCHEMBRI, A. *Australian Sign Language*: An Introduction to Sign Language Linguistics. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

KYLE, J.; ALLSOP, L. *Deaf People and the Community*. Bristol: University of Bristol, Centre for Deaf Studies, 1982.

LIDDELL, S. K.; JOHNSON, R. E. American Sign Language: The Phonological Base. *Sign Language Studies*, n. 64, p. 197-277, 1989.

LEESON, L.; SAEED, J. I. *Irish Sign Language*: A Cognitive Linguistic Account. Edinburgh University Press, 2012.

LEESON, L. Vying with variation: Interpreting language contact, gender variation and generational difference. In: JANZEN, T. (Org.). *Topics in Signed Language Interpreting*. Amsterdam and Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2005. p. 51-68.

LUCAS, C.; BAYLEY, R. Variation in American Sign Language. In: BRENTARI, D. (Org.). *Sign Languages*: A Cambridge Language Survey. Cambridge: Cambridge University Press, 2010. p. 451-476.

LUCAS, C.; BAYLEY, R.; VALLI, C. *Sociolinguistic variation in American Sign Language*. Washington, DC: Gallaudet University Press, 2001.

LUCAS, C.; VALLI, C. *Language Contact in the American Deaf Community*. San Diego, CA: Academic Press, 1992.

MASSONE, M. I.; JOHNSON, R. E. Kinship Terms in Argentine Sign Language. *Sign Language Studies*, n. 347, p. , 347-360, 1991.

MICHAELS, P. A. *A study of the identity, culture and language of a sample of the deaf gay male community in Britain*. Dissertação (Mestrado em Línguas modernas e cultura). Durham University, 2014.

MCCASKILL, C.; LUCAS, C.; BAYLEY, R.; HILL, J. *The Hidden Treasure of Black ASL: Its History and Structure*. Washington, DC: Gallaudet University Press, 2011.

MCKEE, R.; SCHEMBRI, A.; MCKEE, D.; JOHNSTON, T. Variable “Subject” Presence in Australian Sign Language and New Zealand Sign Language. *Language Variation and Change*, n. 23, p. 1-24, 2011.

MCKEE, D.; MCKEE, R.; MAJOR, G. Numeral Variation in New Zealand Sign Language. *Sign Language Studies*, n. 12, p. 72-97, 2011.

MCKEE, R.; MCKEE, D.; SMILER, K.; POINTON, K. Maori Signs: The Construction of Indigenous Deaf Identity in New Zealand Sign Language. In: QUINTO-POZOS, D. (Org.). *Sign Languages in Contact*. Washington, DC: Gallaudet University Press, 2007. p. 31-81.

OLIVEIRA, R. G. de. *A variação articulatória em libras e a orientação sexual do surdo: estudo sobre captura de movimentos e percepção linguística*. Dissertação (Mestrado em Linguística). Departamento de Linguística, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

PADDEN, C.; GUNSAULS, D. C. How the alphabet came to be used in a sign language. *Sign Language Studies*, n. 4, p. 10–33, 2003.

QUINTO-POZOS, D. Outlining Considerations for the Study of Sign Language Contact. In: QUINTO-POZOS, D. (Org.). *Sign Languages in Contact*. Washington, DC: Gallaudet University Press, 2007. p. 1-28.

REAGAN, T. Language Policy and Sign Languages. In: RICENTO, T. (Org.). *An introduction to language policy: theory and method*. Malden: Blackwell Publishing, 2006. p. 329-345.

SANDLER, W. Symbiotic symbolization by hand and mouth in sign language. *Semiotica* 174, n. 1, v. 4, p. 241-275, 2009.

SILVA, R. C. da. *Indicadores de formalidade no gênero monológico em Libras*. Dissertação (Mestrado em Linguística). Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 2013.

STOKOE, W. Sign Language Diglossia. *Studies in Linguistics*, n. 21, p. 27-41, 1969.

SCHEMBRI, A.; JOHNSTON, T. Sociolinguistic aspects of variation and change. In: PFAU, R.; STEINBACH, M; WOLL, B. (Orgs.). *Sign Language: An international handbook*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2012. p. 788-816.

SCHERMER, T. Language planning. In: PFAU, R.; STEINBACH, M.; WOLL, B. (Orgs). *Sign language: An international handbook*, 2012. p. 889–908.

SCHERMER, T. From Variant to Standard: An Overview of the Standardization Process of the Lexicon of Sign Language of the Netherlands over Two Decades. *Sign Language Studies*, n. 3, v. 4, p. 469-486, 2003.

SCHERMER, T. *In Search of a Language*. Delft: Eburon, 1990.

STOKOE, W. Sign Language Structure: An Outline of the Visual Communication Systems of the American Deaf. *Studies in Linguistics: Occasional Papers*, n. 8, p. 7-78, 1960.

STOKOE, W., CASTERLINE, D., CRONEBERG, C. *A Dictionary of American Sign Language on Linguistic Principles*. Washington, DC: Gallaudet College Press, 1965. Silver Spring, MD: Linstok Press, 1965.

TERVOORT, B. Could There Be a Human Sign Language? *Semiotica*, n. 9, p. 347-382, 1973.

WILCOX, S.; ROSSINI, P.; ANTINORI, E. P. Grammaticalization in sign languages. In: BRENTARI, D. (Org.). *Sign Languages: A Cambridge Language Survey*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2010. p. 332-354.

WOLL, B. The Influence of Television on the Deaf Community in Britain. In: AHLGREN, I.; BERGMAN, B.; BRENNAN, M. (Orgs.). *Perspectives on Sign Language Usage: Papers from the Fifth International Symposium on Sign Language Research*. Durham, UK: ISLA, 1994. p. 293-301.

WOODWARD, J. C.; Some Characteristics of Pidgin Sign English. *Sign Language Studies*, n. 3, p. 39-46, 1973.

WOODWARD, J. C.; ERTING, C; OLIVER, S. Facing and handling variation in American Sign Language phonology. *Sign Language Studies*, n. 10, p. 43-51, 1976.

WOODWARD, J. C.; DESANTIS, Susan. Two to One It Happens: Dynamic Phonology in Two Sign Languages. *Sign Language Studies*, n. 17, p. 329-346, 1977.

XAVIER, A. N.; BARBOSA, F. V. Variabilidade e estabilidade na produção de sinais da libras. *Domínios da Linguagem*, v. 11, p. 983-1006, 2017.

ZIMMER, J. Toward a Description of Register Variation in American Sign Language. In: LUCAS, C. (Org.). *The Sociolinguistics of the Deaf Community*. San Diego, CA: Academic Press, 1989. p. 253-272.

Recebido em: 24/1/2019

Aprovado em: 17/3/2019